

Assunto: REGRAS ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DE DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E SUCATAS

I – INTRODUÇÃO

1. A [Lei n.º 33/2006](#), publicada no Diário da República, 1ª série nº 145, em 28 de Julho de 2006, estabelece regras especiais em matéria de tributação de desperdícios, recicláveis e de certas prestações de serviços relacionadas.
2. Estas novas regras consistem na aplicação da inversão do sujeito passivo, passando a liquidar o imposto devido nessas operações, a ser efectuada pelo respectivo adquirente, desde que sujeito com direito à dedução total ou parcial.
3. Nesta conformidade foram alterados os artigos 2º, 19º, 28º, 35º, 48º, 53º e 60º do CIVA e o anexo E que contempla a lista dos bens e serviços abrangidos pelas novas regras de tributação.
4. A par da implementação da regra de inversão, os sujeitos passivos cuja actividade haja transmissão dos bens e na prestação dos serviços mencionados no referido anexo passam a regime especial de isenção, previsto no art. 53º e do regime dos pequenos retalhistas, previsto no CIVA.
5. Paralelamente introduz-se a obrigatoriedade de auto-facturação nos casos em que os sujeitos passivos daquele tipo de bens e/ou serviços a particulares.
6. Para além das alterações atrás referidas, são efectuados os ajustamentos considerados necessários para adequar o estabelecido no CIVA às novas regras especiais de tributação.

II – ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. A regra de inversão do sujeito passivo prevista na alínea i) do nº 1 do artigo 2º do CIVA, aplica-se aos sujeitos passivos que adquiram a outros sujeitos passivos desperdícios, resíduos e sucatas e prestações de serviços com estes relacionadas, enunciados no Anexo E ao Código do IVA.
2. Tal significa que o adquirente, sujeito passivo do imposto, deve proceder à liquidação do imposto devido naquelas operações, sempre que o fornecedor seja, também, sujeito passivo do imposto.
3. Estas novas regras aplicam-se igualmente aos sujeitos passivos actualmente abrangidos pelo regime especial de isenção e pelo regime especial dos pequenos retalhistas, desde que efectuem transmissões e/c prestações de bens ou serviços, os quais passam a estar abrangidos pelo regime normal de tributação e a liquidar o imposto devido.

III – COMO SE CALCULA O IVA DEVIDO PELO ADQUIRENTE

1. De acordo com a regra de inversão do sujeito passivo, o vendedor do bem ou o prestador do serviço emite a factura mas não liquida IVA. Por sua vez, o adquirente, ao receber a factura, deve liquidar o imposto devido na aquisição aplicando a taxa em vigor, podendo essa operação ser efectuada na factura emitida ou num documento interno emitido para esse efeito.
2. Competido ao adquirente a obrigação de liquidação do imposto e podendo em simultâneo deduzir o imposto devido, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 19º do CIVA, este deve efectuar o registo de "IVA a favor do Estado", no caso do IVA liquidado e do "IVA a favor do sujeito passivo", no caso do IVA suportado. Em atenção ao disposto no artigo 23º do CIVA quando se trate de sujeito passivo com limite de dedução.

IV – OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E DE FACTURAÇÃO

1. Face às alterações verificadas, e no que toca à emissão das facturas e ao preenchimento das declarações periódicas, deve ser observado o seguinte:

1.1 Quanto ao vendedor/prestador do serviço

Tratando-se de sujeito passivo que efectua transmissões de bens e/ou prestações de serviço anexo E a outro sujeito passivo, e não lhe competindo liquidar o imposto, este deve indicar na f. termos do artigo 28º do CIVA, o motivo da não liquidação do imposto mencionado a expressão “adquirente”, conforme estabelece o nº 15 do artigo atrás referido.

Estas operações devem ser inscritas no campo 8 do quando 06 da actual declaração periódica esta não for devidamente reformulada.

1.2 Quanto ao adquirente

a) Sempre que o sujeito passivo adquira a outro sujeito passivo bens e/ou serviços mencionados no anexo E, receber a factura do seu fornecedor deve liquidar o imposto devido pela aquisição, aplicando o disposto no artigo 28º do CIVA, podendo, como anteriormente referido a operação ser efectuada na factura do fornecedor interno emitido para esse efeito.

Dado que, ao sujeito passivo adquirente, a par da obrigação de liquidação do imposto também à dedução do imposto, os respectivos montantes deverão ser inscritos na declaração periódica, tributável), no campo 4 (imposto liquidado) e nos campos 22 e/ou 24 (IVA dedutível), toda a actual declaração periódica.

b) Aquisições a não sujeitos passivos

No caso do fornecedor não ser um sujeito passivo, e não obstante não haver lugar a liquidação do imposto, o adquirente está obrigado a emitir factura em nome daquele, com todos os requisitos do artigo 35º do CIVA, nomeadamente o nome e a morada do fornecedor e a indicação do respectivo número de identificação fiscal.

Não existindo a obrigatoriedade de cumprimento das condições previstas no nº 11 do artigo 35º do CIVA, neste caso, necessário qualquer acordo prévio ou aceitação pelo fornecedor da facturação a ser emitida pelo adquirente.

Porque se trata de operações não sujeitas a imposto, os respectivos montantes não devem ser inscritos na actual declaração periódica.

V – ENTRADA EM VIGOR

Nos termos do seu artigo 5º, a Lei nº 33/2006, de 28 de Julho, entra em vigor no dia 1 de Outubro de 2006.

Assim, e sem prejuízo de a tributação das respectivas actividades operar a partir desta data, os contribuintes anteriormente abrangidos pelos regimes especiais de isenção e dos pequenos retalhistas e os contribuintes sujeitos às alterações previstas na referida Lei nº 33/2006, devam passar a estar enquadrados no regime geral de tributação, deverão apresentar até ao dia 30 de Outubro de 2006 a respectiva declaração de alterações.

Com os melhores cumprimentos,

O SUBDIRECTOR-GERAL DOS IMPOSTOS

(Manuel Prates)